

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO n. 001/2019 - CGM

REF.: Processo n. 6067.2018/0015363-7

COTAÇÃO ELETRÔNICA n. 72/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

CONTRATADA: ANGELA RAQUEL ALVES TORO

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano 2019, pelo presente, de um lado o Município de São Paulo, por meio da Controladoria Geral do Município – CGM, CNPJ n. 29.599.447/0001-00, sediada no Viaduto do Chá, n. 15, 10º andar, Centro, São Paulo - SP, neste ato representada pelo seu Chefe de Gabinete, Senhor Luiz Fernando de Camargo Prudente do Amaral, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro a empresa **ÂNGELA RAQUEL ALVES TORO**, CNPJ n. **23.449.261/0001-99**, com sede na Rua José Faria, n.º 15, no Bairro Jardim Apurá, CEP: 04470-150, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, telefone: (11) 5673-4896, contato@doutrocarimbo.com, vencedora e adjudicatária da cotação eletrônica supra, neste ato representada por sua procuradora/representante legal, Senhora Roberto Gomes Toro, R.G. [REDACTED] C.P.F. [REDACTED], conforme documento comprobatório, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETO

Aquisição de carimbos através da contratação de empresa especializada em sua confecção, para a Controladoria Geral do Município, os quais devem ser confeccionados nas seguintes quantidades anuais estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Carimbo de madeira, formato retangular, tamanho pequeno (até o tamanho de 10 cm ²)	10
2	Carimbo simples de madeira, formato retangular, tamanho médio (tamanho de 10,1 cm ² até 32 cm ²)	10
3	Carimbo autoentintado retangular pequeno (até 10 cm ²)	60
4	Datador com base em metal para personalização de texto - 50 mm x 50 mm	10
5	Troca de Borracha para carimbo automático 38 X 14 cm	30

1.1. Por serem quantidades e frequência estimadas, a CONTRATANTE não estará obrigada a utilizar este quantitativo.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO

2.1. Os valores unitários e totais de cada um dos itens é o seguinte:

Item	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Carimbo de madeira, formato retangular, tamanho pequeno (até o tamanho de 10 cm ²)	10,00	100,00
2	Carimbo simples de madeira, formato retangular, tamanho médio (tamanho de 10,1 cm ² até 32 cm ²)	10,00	100,00
3	Carimbo autoentintado retangular pequeno (até 10 cm ²)	15,00	900,00
4	Datador com base em metal para personalização de texto - 50 mm x 50 mm	30,00	300,00
5	Troca de Borracha para carimbo automático 38 X 14 cm	8,00	240,00
TOTAL ESTIMADO ANUAL			1.640,00

2.2. O preço contratado abarca todos os custos, impostos, taxas, benefícios, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito fornecimento do objeto deste, cobrindo todos os custos decorrentes, inclusive em razão de transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, emolumentos ou quaisquer outras, de modo que nada mais seja devido além do valor da proposta.

2.3. Para fazer frente às despesas do contrato, existem recursos empenhados, onerando a dotação n. 32.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00, por meio da Nota de Empenho n.16.856/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

3.1. Os preços ofertados somente poderão ser reajustados após 1 (um) ano de sua vigência, contados da data-limite para apresentação da proposta, mediante a utilização do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

3.2. Ressalva-se a possibilidade de alteração das condições contratadas, em face da superveniência de normas federais ou municipais, disciplinando a matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS/DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE

4.1. O presente ajuste terá vigência por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelecido na Lei Federal 8.666/93.





4.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

4.3. O prazo para entrega dos carimbos deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de uma Ordem de Fornecimento, a qual irá consubstanciar cada pedido.

4.4. Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I – Termo de Referência (Especificações Técnicas do Objeto) e na forma estabelecida no Edital n. 10/2016.

4.5. Os bens deverão ser protegidos de quaisquer danos durante o transporte.

4.6. O objeto deste Contrato deverá ser entregue juntamente com a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura na Controladoria Geral do Município, à Rua Líbero Badaró, 293 – 23º andar – Conjunto A – Centro - São Paulo

4.7. Após a entrega total e a conferência dos itens juntamente com o técnico da CONTRATADA, a CONTRATANTE emitirá o “Termo de Aceite da Entrega” no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, desde que estejam de acordo com o especificado no termo de referência, na nota fiscal e no contrato.

4.8. Caso os produtos não correspondam ao contrato e termo de referência, ou apresentem problemas técnicos, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação expedida pela CONTRATANTE, a sua substituição/correção, interrompendo-se nesse período o prazo de emissão do Termo de Aceite correspondente.

4.9. Os produtos deverão ser novos e sem uso.

4.10. As verificações que implicarem a abertura do objeto deverão ser acompanhadas por representante legal, credenciado ou entregador da CONTRATADA, a fim de preservar sua garantia, se for o caso.

4.11. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir a terceiros o objeto do Contrato, no todo ou em parte, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias da entrega do objeto, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, nos termos do item 4.6. deste contrato.

5.1.1. Caso a Nota Fiscal/Nota Fiscal Fatura não seja entregue juntamente com o objeto, o prazo de 30 dias estabelecido no item 5.1. contar-se-á de sua entrega.

5.1.2. Caso sejam necessárias providências complementares pela CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.



5.2. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto n. 51.197/2010, de 22/01/2010.

5.4. Qualquer pagamento não isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

6.1.1. As decorrentes de lei e de todo contrato desta natureza;

6.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar cada fornecimento, objeto do Contrato a ser firmado, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, por intermédio de um servidor especialmente designado;

6.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o Contrato a ser firmado.

6.2. São obrigações da CONTRATADA, além daquelas já estipuladas no presente contrato:

6.2.1. Prestar os serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência;

6.2.2. Cumprir os prazos estabelecidos no ajuste;

6.2.6. Entregar os bens no endereço indicado pela CONTRATANTE, no local e horário previamente combinados com os responsáveis designados pela CGM.

6.2.7. Retirar e transportar por conta própria os produtos indicados nas cláusulas 4.8, promovendo, de igual forma, a sua substituição, bem como os indicados na cláusula 7.2 do presente contrato.

6.2.8. Fornecer, por sua conta, toda mão de obra, ferramental e materiais necessários à execução dos serviços contratados de acordo com as exigências da Contratante, bem como ser responsável pelas despesas e encargos sociais, taxas, impostos, seguros, e ainda por danos eventualmente causados ao Contratante;

6.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transporte, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus

  

empregados no desempenho dos serviços, objeto do Contrato a ser firmado, ficando, ainda, a CGM, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

6.2.10. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano que venha a ocorrer à Administração ou a terceiros em decorrência do presente, podendo o valor do prejuízo ser descontado do pagamento de que for credor em razão deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Além das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes, o fornecedor estará sujeito às penalidades a seguir discriminadas:

7.1.1. Multa por atraso na entrega do objeto: 1% (um por cento) sobre a quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento).

7.1.2. Ocorrendo atraso superior a 20 (vinte) dias, a contratante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

7.1.3. Multa por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue.

7.1.4. Multa por inexecução total: 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Caso sejam constatados problemas técnicos relacionados ao objeto entregue, ou que os produtos não correspondam ao edital, à proposta, ao contrato e ao termo de referência, a CONTRATADA deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação expedida pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor do material entregue irregularmente, até o vigésimo dia, após o qual incidirá a multa prevista no item 7.1.3, podendo ser aplicada, cumulativamente, pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de até 2 (dois) anos.

7.3. Multa de 1% (um por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nos subitens acima, sempre sobre o valor total pactuado.

7.4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

7.5. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada.

7.6. A critério da Administração, e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Administração Pública no âmbito deste



ajuste, nos termos do parágrafo único do art. 55 do Decreto Municipal n. 44.279/2003. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

7.7. Poderá ser proposta pelo fiscal do contrato a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, caso entenda que a irregularidade perpetrada não é de natureza grave.

7.8. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.

7.9. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Integram este Contrato, para todos os efeitos, o Termo de Referência (Especificações Técnicas do Objeto) e a proposta de preço da CONTRATADA.

8.2. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato implica o pleno conhecimento dos elementos dele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento como fato impeditivo do seu perfeito cumprimento.

8.3. Nenhuma tolerância das partes quanto ao descumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

8.4. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.5. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

8.6. A CONTRATADA, no ato da assinatura deste instrumento, apresentou todos os documentos exigíveis e necessários à contratação, por ocasião da habilitação, inclusive demonstração de não inscrição no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, nos termos da Lei n. 41.094/05 e Decreto n. 47.096/06.

  



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

8.7. Fica eleito o foro da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo às partes contratantes que lido e achado conforme, é assinado em três vias de igual teor pelas partes e duas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



Luiz Fernando de Camargo Prudente do Amaral
Chefe de Gabinete
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATANTE





Roberto Gomes Toro
Gerente
ANGELA RAQUEL ALVES TORO
CONTRATADA